



BAPTISTA, Saulo. Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009. 432 p.

Daniel Rocha *

Com o objetivo de trazer ao leitor uma análise da participação dos pentecostais e neopentecostais na recente história política do Brasil, Saulo Baptista, professor da Universidade do Estado do Pará, lançou recentemente o livro *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira*, fruto de sua pesquisa de doutoramento em Ciências da Religião pela Umesp. Apesar de sua formação mais no campo da sociologia, o autor transita bem entre as outras ciências humanas, sendo seu trabalho de grande importância não só para sociólogos e cientistas da religião, como também para cientistas políticos, historiadores e teólogos. Saulo Baptista, que já havia trabalhado em sua dissertação de mestrado com a questão da participação dos pentecostais na política brasileira, estudando o caso da Assembleia de Deus do Pará, ampliou seu objeto de investigação tanto em relação às instituições religiosas – o ramo neopentecostal representado pela Igreja Universal do Reino de Deus junta-se à Assembleia de Deus em sua pesquisa – quanto à “arena política” analisada, que passa da política paraense para o Congresso Nacional.

O objetivo declarado do autor é o de preencher um espaço nos estudos sobre a relação entre pentecostalismo e política no Brasil, pois, apesar dos vários trabalhos publicados nos últimos anos, ainda se sente falta de “uma pesquisa mais extensa, acerca do comportamento pentecostal no ambiente partidário e parlamentar, com enfoque na cultura política brasileira” (p. 28). Ao analisar o comportamento dos políticos e lideranças eclesiais pentecostais, o autor vê diversas aproximações entre os vícios da cultura política brasileira e o modo de se pensar e de se fazer política interna e externa nas igrejas estudadas. Por exemplo, as estruturas internas das igrejas e a forma de escolha dos candidatos oficiais são marcadas pelo autoritarismo e por decisões tomadas “de cima para

* Graduado em História pela UFMG e mestre em Ciências da Religião pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC Minas, e-mail: danielrochabh@yahoo.com.br

baixo”, numa espécie de coronelismo eclesiástico. Também com relação aos parlamentares, o fisiologismo e a prática de atos ilícitos têm marcado a sua atuação, registrando-se uma participação acima da média de tais políticos em escândalos de corrupção recentes.

No que se refere ao desenvolvimento do trabalho, o leitor encontrará um texto bem estruturado, que se inicia, seguindo a proposta do autor, com as discussões relativas à formação da cultura política brasileira, marcada por elementos como o autoritarismo e o patrimonialismo. Analisam-se, ainda, as interações que pentecostais e neopentecostais mantêm com tal contexto. Tais vícios da cultura política brasileira reaparecem na política interna das Igrejas e na tendência ideológica de seus candidatos oficiais. No segundo capítulo, a análise prossegue privilegiando-se o estudo do papel do Estado brasileiro e suas várias reviravoltas no século XX até o período pós-regime militar. Trata-se de um período marcado, principalmente, pela falta de uma presença mais efetiva dos pentecostais na esfera política nacional. No capítulo terceiro, analisa-se a entrada dos evangélicos na política eleitoral brasileira a partir de meados da década de 1980, mais especificamente para o Congresso Constituinte, e as formas e práticas que marcaram tal movimento. As eleições de 1986 foram um marco para os pentecostais, que elegeram uma bancada significativa de deputados federais, e as igrejas conseguiram, apesar de algumas resistências internas, lançar seus candidatos oficiais. Esse período também apresentou o fortalecimento do uso da mídia, uma prática política marcada pelo pragmatismo e uma incoerência ética e política dos parlamentares pentecostais. No quarto capítulo, Baptista delinea as características do político pentecostal, na tentativa de criar um “tipo ideal”. Entre elas se destacam a indicação “oficial” das lideranças eclesiásticas e a falta de identidade partidária e ideológica. No último capítulo, analisa-se a atuação dos “políticos de Cristo” no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. Focalizando, principalmente, a 52ª legislatura, o autor, devido ao rico trabalho de campo – foram entrevistados vários parlamentares, assessores e lideranças eclesiásticas –, atualiza o conhecimento a respeito da participação dos pentecostais na política, ao estudar a atuação parlamentar e o envolvimento de alguns parlamentares evangélicos em escândalos de corrupção recentes.

Com a aproximação do centenário da chegada do pentecostalismo ao Brasil, obras que busquem relacionar a fé e a prática das igrejas pentecostais com a cultura brasileira são muito bem-vindas. Talvez a mais louvável iniciativa do trabalho do professor Saulo

Baptista seja a de buscar compreender a experiência dos políticos pentecostais no contexto da cultura política brasileira. Não se cede à tentação de repetir resultados e observações de realidades diferenciadas, de outros contextos religiosos e políticos. Por outro lado, sente-se a falta de um paralelo entre a experiência da inserção na política dos pentecostais e a do chamado neofundamentalismo norte-americano. Embora as realidades sejam diferentes, muito do discurso de lideranças da Direita Cristã, que se destacou na política dos EUA a partir de meados da década de 1970, foi assimilado pelas lideranças pentecostais brasileiras, como a defesa da família, valores morais e o ensino do criacionismo nas escolas públicas.

A outra grande virtude da obra é a atualização do conhecimento acerca da presença dos pentecostais e neopentecostais na política brasileira. Vários artigos e alguns livros foram publicados nos últimos anos sobre o tema, mas, desde a obra de Freston (1994), sente-se a falta de um trabalho mais completo, que vá além de estudos de caso isolados. Os estudos recentes ainda giravam em torno da análise da eleição do Congresso Constituinte de 1986 como marco inicial da inserção pentecostal na política, da Igreja Universal do Reino de Deus como um novo paradigma na forma de fazer política dentro das igrejas e da experiência da candidatura do ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, à presidência da República. Os novos fatos merecem novas análises e podem apontar no sentido de novas interpretações da participação dos pentecostais na política brasileira: além de estudos sobre os políticos, também podem ser feitos estudos sobre o comportamento dos eleitores. Como dito anteriormente, o autor analisa a participação de parlamentares pentecostais em escândalos de corrupção recentes e a influência desses escândalos no número de parlamentares eleitos em 2006. Apesar da cultura do “curral eleitoral” evangélico, observou-se nas urnas que os eleitores dos candidatos pentecostais não são tão alienados e submissos como alguns advogam. O último fato concreto é a diminuição da votação dos “políticos de Cristo” para o Congresso Nacional. As eleições de 2010 podem contar um novo capítulo desta história. Com o lançamento de *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira*, os futuros intérpretes dos resultados de 2010 ganharam um inestimável subsídio para suas pesquisas.

Referências

FRESTON, Paul. **Evangélicos na política brasileira**: história ambígua e desafio ético. Curitiba: Encontro, 1994.